

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 – ATA**
 - 2.1 – 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – ERRATAS**



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.738/2020

Regulamenta, no âmbito da Assembleia Legislativa, a aplicação da Lei nº 23.528, de 2 de janeiro de 2020, que estabelece prazo para que os titulares dos órgãos da administração pública direta do Estado e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado respondam a pedido formulado por órgão fiscalizador.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial das previstas no art. 74 do Regimento Interno, e considerando a necessidade de delimitar os pedidos a que se refere a Lei nº 23.528, de 2 de janeiro de 2020, formulados no âmbito da Assembleia Legislativa, e de definir procedimentos administrativos para a sua tramitação e para o acompanhamento das respectivas respostas,

DELIBERA:

Art. 1º – Para fins do disposto nesta deliberação, consideram-se titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado:

I – os secretários de Estado;

II – os comandantes-gerais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG;

III – o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG;

IV – os dirigentes de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

Art. 2º – Para fins do disposto na Lei nº 23.528, de 2 de janeiro de 2020, consideram-se pedidos formulados, no âmbito da Assembleia Legislativa, a órgão da administração pública direta e indireta do Estado:

I – o requerimento de providência, na forma do disposto na alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno;

II – o requerimento de informações, na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 54 da Constituição do Estado e na alínea “c” do inciso VIII do *caput* do art. 79 e no inciso XII do *caput* do art. 233 do Regimento Interno.

Art. 3º – Os pedidos a que se refere o art. 2º serão protocolados, preferencialmente, pelo Sistema de Informações Legislativas – Silegis – ou, de forma presencial, na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário – GPL –, acompanhados do arquivo eletrônico em versão editável por *software* padronizado na Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Os pedidos a que se refere o art. 2º serão publicados, na íntegra, no *Diário do Legislativo*:

I – na hipótese de requerimento de informações, após aprovação pelo Plenário;

II – na hipótese de requerimento de providência:

a) após o transcurso do prazo previsto no *caput* do art. 104 do Regimento Interno, quando não for apresentado recurso; ou

b) após aprovação pelo Plenário, quando for apresentado recurso.

Art. 5º – A contagem do prazo de trinta dias a que se refere o art. 1º da Lei nº 23.528, de 2020, para que os titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado respondam a pedido formulado pela Assembleia Legislativa, terá início no dia subsequente ao da publicação na íntegra dos pedidos, na forma do disposto no art. 4º.

Parágrafo único – O termo inicial e o termo final do prazo a que se refere o *caput* serão transferidos para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábado, domingo e feriado.

Art. 6º – A resposta aos pedidos a que se refere o art. 2º deverá ser protocolada:

I – no Sistema de Acompanhamento de Projetos e Proposições de Lei – Siaple – ou em outro sistema de protocolo digital acordado entre a Assembleia Legislativa e os órgãos da administração pública direta e indireta do Estado; ou

II – de forma presencial, na Secretaria-Geral da Mesa – SGM –, no horário de expediente ordinário da Assembleia Legislativa.

Art. 7º – O prazo para resposta a pedido de providência será prorrogado, na forma prevista no § 2º do art. 1º da Lei nº 23.528, de 2020, uma vez, por igual período, mediante solicitação do titular de órgão da administração pública direta e indireta do Estado.

§ 1º – O protocolo da solicitação de prorrogação deverá ser realizado no prazo a que se refere o art. 5º, observados os procedimentos previstos no art. 6º.

§ 2º – O disposto no *caput* não se aplica ao requerimento de informações a que se refere o inciso II do *caput* do art. 2º.

Art. 8º – Os pedidos a que se refere o art. 2º serão considerados atendidos mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I – apresentação de conteúdo relevante e concreto acerca do mérito da informação ou da providência solicitada;

II – assinatura pelo titular do órgão da administração direta e indireta do Estado previsto no art. 1º;

III – encaminhamento nos prazos estabelecidos nos arts. 5º ou 7º; e

IV – observância da forma de protocolo prevista no art. 6º.

Art. 9º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 8 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.



ATA

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/4/2020**Presidência do Deputado Agostinho Patrus**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia): Comunicação da Presidência – Votação de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 835/2020; aprovação; Decisão da Presidência – Suspensão e Reabertura da Reunião – Orientações sobre a Votação Remota – Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22/2020; emissão de parecer pela relatora designada; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23/2020; emissão de parecer pela relatora designada; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.251/2018; emissão de parecer pela relatora designada; Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2020; emissão de parecer pela relatora designada; chamada de votação remota dos Projetos de Resolução nº 22 e 23/2020, do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 5.251/2018 e do Projeto de Lei nº 1.799/2020; aprovação – Votação de Pareceres de Redação Final: Designação de relatora; emissão dos Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 22 e 23/2020 e dos Projetos de Lei nºs 5.251/2018 e 1.799/2020 pela relatora; votação remota dos pareceres; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h2min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte**Ata**

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência solicita aos deputados 1 minuto de silêncio pelo falecimento do professor, entomologista, médico, ambientalista, escritor Ângelo Barbosa Monteiro Machado, que faleceu aos 85 anos de idade, responsável por uma obra com

mais de cinquenta livros, contribuindo para a divulgação da ciência, inclusive atingindo as crianças, e homenageado, com seu nome, em mais de 50 espécies de animais.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos nºs 4.960, 5.129, 5.131 e 5.147 a 5.149/2020, do deputado Mauro Tramonte, Requerimentos nºs 5.053, 5.141 e 5.190/2020, do deputado Coronel Henrique, Requerimento nº 5.054/2020, do deputado Gil Pereira, Requerimento nº 5.056/2020, do deputado Roberto Andrade, Requerimentos nºs 5.128 e 5.159/2020, do deputado Celinho Sintrocel, Requerimento nº 5.133/2020, do deputado Sargento Rodrigues, Requerimentos nºs 5.134 a 5.136, 5.138 e 5.139/2020, da Comissão de Saúde, Requerimentos nºs 5.143 e 5.144/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, Requerimentos nºs 5.145 e 5.185/2020, do deputado Cristiano Silveira, Requerimentos nºs 5.150 a 5.152/2020, do deputado Noraldino Júnior, Requerimentos nºs 5.154 e 5.169/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, Requerimentos nºs 5.155 e 5.163/2020, da deputada Marília Campos, Requerimento nº 5.156/2020, do deputado Doutor Jean Freire, Requerimentos nºs 5.161, 5.187 e 5.189/2020, da deputada Delegada Sheila, Requerimentos nºs 5.165, 5.167 e 5.170 a 5.173/2020, da deputada Leninha, Requerimentos nºs 5.174, 5.177, 5.179, 5.183 e 5.184/2020, do deputado André Quintão, Requerimentos de Comissão nºs 6.851 a 6.853/2020, do deputado Léo Portela, Requerimento de Comissão nº 6.855/2020, do deputado Mauro Tramonte, Requerimento de Comissão nº 6.858/2020, do deputado Douglas Melo, Requerimento de Comissão nº 6.860/2020, do deputado Cleitinho Azevedo, e Requerimentos de Comissão nºs 6.862 e 6.863/2020, do deputado Gustavo Santana. Ciente. Publique-se.

Votação de Requerimentos

– Vem à Mesa e é submetido a votação remota e aprovado o Requerimento Ordinário nº 835/2020, cujo teor foi publicado na edição anterior.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

– A decisão da presidência, determinando seja convidada a secretária de Estado de Desenvolvimento Social para comparecimento em reunião especial a fim de prestar, pessoalmente, informações sobre gestão e atuação de sua secretaria no combate à pandemia do novo coronavírus, foi publicada na edição anterior.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para ajustes no nosso sistema de videoconferência. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Orientações sobre a Votação Remota

A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia do Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, com recursos de áudio e vídeo, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação pelo processo nominal, realizada por meio de chamada dos parlamentares, em ordem decrescente de idade, do mais idoso para o mais novo;

2) Ao ser chamado pelo presidente, o parlamentar deverá se identificar e, em seguida, expressar verbalmente seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco” para cada um dos projetos constantes na pauta da reunião;

3) Após a proclamação do resultado da votação pelo presidente, não será mais permitida retificação de voto;

4) A presidência concederá a palavra aos parlamentares para declaração de voto, por até 2 minutos, somente após o término das votações. Para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que façam sua inscrição pelo *chat on line* a partir deste momento, manifestando-se expressamente “declaração de voto”.

5) Serão apreciadas apenas as emendas protocoladas até 4 (quatro) horas antes do horário previsto para início da reunião;

6) Para qualquer esclarecimento quanto ao processo de votação remota ou para assistência de suporte tecnológico, os parlamentares têm à disposição dois canais de comunicação institucional: o telefone fixo (31) 2108-7531 e o WhatsApp (31) 99944-4284.

Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22/2020, do deputado Glaycon Franco, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Contagem em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relatora da matéria a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, para emitir seu parecer.

A deputada Andréia de Jesus – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para o Turno Único do Projeto de Resolução nº 22/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23/2020, do deputado Glaycon Franco, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Coronel Fabriciano em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relatora da matéria a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, para emitir seu parecer.

A deputada Andréia de Jesus – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para o Turno Único do Projeto de Resolução nº 23/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.251/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que institui a Política de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresentou. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relatora da matéria a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, para emitir seu parecer.

A deputada Andréia de Jesus – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 5.251/2018 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Cumprimento V. Exa. pelo seu relatório e também pela forma com que conduz a Comissão dos Direitos das Mulheres nesta Casa. Ninguém melhor que V. Exa. para poder fazer um brilhante relatório a respeito da questão da violência doméstica e da prevenção desta violência.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.799/2020, da Mesa da Assembleia, que autoriza a Mesa da Assembleia Legislativa a reduzir temporariamente, em casos excepcionais, a verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar e dá outras providências. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relatora da matéria a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, para emitir seu parecer.

A deputada Andréia de Jesus – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 1.799/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – A presidência vai submeter as matérias a votação pelo processo nominal e remoto, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. A fim de proceder a votação pelo processo remoto, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que, ao serem chamados, identifiquem-se e expressem verbalmente o seu voto para cada uma das proposições constantes na pauta. A presidência vai dar início ao processo de votação remota do Projeto de Resolução nº 22/2020, do Projeto de Resolução nº 23/2020, do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 5.251/2018 e do Projeto de Lei nº 1.799/2020.

– Votaram “sim” ao Projeto de Resolução nº 22/2020:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Votaram “sim” ao Projeto de Resolução nº 23/2020:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Votaram “sim” ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 5.251/2018:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho –

Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Votaram “sim” ao Projeto de Lei nº 1.799/2020:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – A presidência passa então à proclamação dos resultados. Resultado da votação do Projeto de Resolução nº 22/2020: votaram “sim” 74 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei Resolução nº 22/2020. À redação final.

Resultado da votação do Projeto de Resolução nº 23/2020: votaram “sim” 74 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei Resolução nº 23/2020. À redação final.

Resultado da votação do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 5.251/2018: votaram “sim” 74 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.251/2018 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Resultado da votação do Projeto de Lei nº 1.799/2020: votaram “sim” 74 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.799/2020. À redação final.

Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relatora a deputada Andréia de Jesus para emitir os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 22 e 23/2020 e dos Projetos de Lei nºs 5.251/2018 e 1.799/2020. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus, para emitir seu parecer.

A deputada Andréia de Jesus – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 22 e 23/2020 e dos Projetos de Lei nºs 5.251/2018 e 1.799/2020 foram publicados na edição anterior.

O presidente – Em votação, os pareceres. As deputadas e os deputados que os rejeitam, manifestem-se pelo *chat on-line*. Daremos 1 minuto para essa manifestação.

– Procede-se à votação.

O presidente – Vencido o prazo de 1 minuto sem manifestação, estão aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 22 e 23/2020. À promulgação. Estão também aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.251/2018 e 1.799/2020. À sanção.

Declarações de Voto

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente; boa tarde, deputados e deputadas; boa tarde a todos que nos acompanham. Primeiro, presidente, queria registrar que hoje é o Dia Mundial da Saúde – é importante demais. Já deixo aqui o meu abraço e todo o meu respeito às profissionais que estão na saúde, pois 84% das enfermeiras são mulheres. É extremamente importante dizer também que nesse dia nós conseguimos aprovar... E quero saudar o Colégio de Líderes da Casa pela sensibilidade de ter trazido esse projeto de lei de autoria do deputado Doutor Jean, porque nesse momento esse projeto de lei também vem em resposta à situação emergencial em que as mulheres estão. Cada vez mais, há registros mundialmente – e no Brasil não é diferente - de números de casos de violência, neste momento em que as mulheres estão em isolamento com os seus agressores. Os dados demonstram que o espaço doméstico não é um espaço seguro para as mulheres. Então isso é um problema político, e esta Casa deu uma resposta que vai ao encontro dessa demanda. É uma demanda também antiga das trabalhadoras da saúde de terem regulamentadas as suas ações, que já fazem parte do atendimento dessas mulheres vítimas de violência, dessas mulheres que, muitas vezes, no espaço da saúde e da assistência, conseguem inclusive desabafar e deixar as suas denúncias. Mas não poderia, presidente, deixar de registrar a minha preocupação na execução dos projetos de lei que aprovamos nesta Casa, inclusive o que trata do sistema prisional. Nós temos recebido muitas denúncias, e muitas mães ainda não dormem, porque ainda não há uma regulamentação em relação às visitas, ao atendimento dos profissionais também que estão dentro do sistema prisional, que ainda não tiveram acesso aos equipamentos de proteção individual, e as famílias precisam ter um canal de entrega dos kits para as pessoas privadas de liberdade. E por último, presidente, é assustador como o decreto de calamidade tem orientado os executivos a reduzirem políticas importantes. Aqui quero registrar, com preocupação, os cortes em relação às políticas de cultura, em que mais de 35% da pasta foi reduzida, e a Gabinetona tem acompanhado. O que estava previsto para o FEC foi reduzido de forma irrisória em R\$500.000,00. Mais de R\$11.000.000,00 foram cortados em relação à cultura, e nós temos hoje muito a perder se o nosso estado continuar nessa perspectiva de tratar a calamidade como forma de interromper políticas fundamentais. Quero também deixar o registro da preocupação em relação aos funcionários do Fica Vivo, todos foram demitidos pelo Estado. Então é preocupante porque nós estamos falando que a calamidade não pode interromper as outras políticas, como a política de prevenção e a política cultural deste estado tão rico em cultura e que garante inclusive o PIB. Boa parte do nosso PIB vem dessa atuação própria da categoria da cultura. Para finalizar, presidente, parabéns pela iniciativa de trazer esse projeto, mas também precisamos agora continuar cobrando do governo do Estado que execute todas essas autorizações que a Casa tem colocado à disposição para que o Estado de fato dê uma resposta mais ágil em relação à preservação das vidas, inclusive garantindo renda mínima às pessoas que ainda aguardam a iniciativa do governador. Obrigada, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Boa tarde, presidente. Boa tarde, demais colegas deputados e deputadas. Eu declaro voto, presidente, primeiro, cumprimentando a iniciativa da Mesa da Assembleia em apresentar o Projeto de Lei nº 1.799, em que deixa claro: “Fica a Mesa da Assembleia Legislativa autorizada a reduzir temporariamente, em casos excepcionais, o limite da verba indenizatória, em razão da atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar”. Presidente, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e o Colégio de Líderes pela brilhante decisão. Tomamos conhecimento por parte de V. Exa. de que haverá uma redução de 30% na verba indenizatória. E também iniciativas da Mesa que reduzirão inclusive as diárias dos parlamentares desta Casa. Então, parabéns pela brilhante iniciativa. E eu gostaria aqui, presidente, na minha declaração de voto, de fazer um apelo ao

Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e à Defensoria Pública, para que se espelhem no Poder Legislativo e também tomem medidas para restringir e diminuir os gastos, com vistas a destinar esses recursos ao combate da pandemia da Covid-19, do coronavírus. Iniciativas como essas têm que ser estendidas aos demais Poderes e órgãos, no sentido de atender um pedido, um clamor da própria população. São essas as minhas considerações na minha declaração de voto, Sr. Presidente.

A deputada Laura Serrano – Sr. Presidente, eu venho declarar o meu voto “sim” ao Projeto de Lei nº 5.251/2018, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, a quem parabeno pela iniciativa, ainda mais neste momento tão importante de isolamento social e domiciliar; e também parabeno a relatora, deputada Andréia de Jesus, pelo substitutivo, que apresentou vários aprimoramentos importantes. Esse projeto realiza uma integração entre o combate à violência contra a mulher e o Programa Saúde da Família, fazendo o possível para que essas medidas de combate à violência contra a mulher tenham uma maior capilaridade, uma maior integração, e sejam mais efetivas. É um absurdo que, em tempos do necessário isolamento domiciliar, o isolamento social, por causa da pandemia da Covid-19, a gente tenha essa situação de aumento da violência contra a mulher. É inadmissível que a gente tenha hoje as mulheres, nas suas próprias casas, sem segurança, sem tranquilidade. E, além dessa iniciativa legislativa, que é superimportante, é fundamental que tenhamos também a punição; e que a punição para esses criminosos, esses agressores que forem julgados culpados seja exemplar, conforme determina a lei. Em relação também ao Projeto de Lei nº 1.799/2020, eu gostaria de parabenizar a Mesa da Assembleia por essa iniciativa fundamental neste momento de crise e de pandemia da Covid-19, que é a redução de verba indenizatória, do valor de recursos públicos usados para custear os gabinetes parlamentares nas atividades do mandato. Essa redução, que deve ser de aproximadamente 30%, pelo que a gente tem notícia dos acordos da Assembleia, vai ser fundamental. Se considerarmos 30% de redução de verba indenizatória por aproximadamente quatro meses, dos 77 deputados, a gente tem aí uma economia de cerca de R\$2.500.000,00, que podem se converter, por exemplo, em mais de 33 mil testes para diagnóstico da Covid-19, ou cerca de 20 respiradores, os ventiladores pulmonares, que são tão importantes para tratar os casos mais graves da doença. Então quero finalizar aqui parabenizando, mais uma vez, a Assembleia, que tem se mostrado com foco na eficiência do uso do recurso público. Inclusive o recurso economizado em 2019, os R\$46.000.000,00, que retornaram para o Executivo, para serem aplicados na saúde, são importantes para esse combate à pandemia do novo coronavírus, da Covid-19, no nosso estado. Muito obrigada.

A deputada Celise Laviola – Sr. Presidente, deputadas e deputados, todos que nos acompanham aqui aqui, eu quero dizer da importância do trabalho e parabenizar a Mesa da Assembleia por este trabalho que vem fazendo para que não nos furtemos a ter manifestações e votemos atos importantes para o combate e o enfrentamento ao coronavírus. Isso tem sido muito significativo e mostra que a Assembleia pode ter o seu protagonismo e fazer parte da história, ter ações reais que facilitem todo o trabalho nesse sentido. E isso tem sido o diferencial desta legislatura agora. Os quatro projetos são importantes. Eu parabeno a relatora Andréia de Jesus pelo brilhante trabalho que fez ao relatar os projetos. Eu quero destacar a importância do Projeto de Lei nº 5.251/2018. Como fui presidente da Secretaria das Mulheres da Unale, por muito tempo, e discutimos amplamente a questão da violência contra a mulher, sabemos da importância disso neste momento. Sabemos como essa violência cresce no período de isolamento, como a permanência de todos no lar faz crescer essa ameaça, esse problema que a mulher enfrenta de frente tão bravamente, mas ainda é muito tímida na hora de fazer notificações e tudo mais. Então, esse projeto é importante. Parabéns, Doutor Jean Freire. Isso vai fazer uma diferença muito grande na vida de nós, mulheres. No dia 9 de março, inclusive, eu participei do lançamento do aplicativo, do app MG Mulher, junto com o nosso governador do Estado, em que foi lançado esse aplicativo e, com o auxílio do Ministério Público, da Polícia Civil, da Polícia Militar, as mulheres vão ter mais segurança, vão poder se proteger de uma forma mais efetiva também. Então, isso é muito importante para nós, mulheres. Com relação ao Projeto nº 1.799, presidente, eu gostaria muito de cumprimentar o senhor e toda a Mesa da Assembleia. E, na pessoa do senhor e da Mesa, cumprimento todas as deputadas e os deputados pelo trabalho brilhante. Eu acho que é assim que se trabalha, presidente. Eu vou elogiá-lo de uma forma muito firme. É assim que se trabalha, presidente. A demagogia não faz parte, num momento deste, do trabalho do Legislativo. O que faz parte são as ações. E é isso que esta

Mesa está tendo, presidida pelo senhor. Todos nós, deputados, apoiamos esse tipo de atitude. E é bom que a população saiba que nós apoiamos esse tipo de atitude. A Mesa está tomando as devidas atitudes e nós estamos seguindo dessa forma, sem demagogia. Nós não estamos fazendo isso para aparecer, para fazer trabalho, mas pela importância de como isso está sendo apresentado. Fico muito satisfeita em fazer parte desta legislatura, em ter o senhor como nosso presidente e por essa brilhante condução. Parabéns à Assembleia por aprovar o Projeto de Lei nº 1.799 e parabéns, presidente, pela decisão de apresentá-lo.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente. A Assembleia Legislativa fez bem em acompanhar o pedido do prefeito de Contagem, Alex de Freitas. Nós sabemos o desafio que tem Contagem, com toda a sua dificuldade em relação a todas as questões. Contagem é muito importante para Belo Horizonte. É de Contagem que vem grande parte da água que bebemos. Eu fico vendo o prefeito querendo fechar Belo Horizonte. Imaginem se o prefeito de Contagem e de Betim fechar a torneira da água que vem para nós. Ou o prefeito de Rio Acima, de Nova Lima fecharem a água, ou o prefeito de Sabará não permitir que os caminhões de lixo cheguem em Sabará. É muito importante a Assembleia Legislativa ter essa sensibilidade em relação aos municípios. Nós sabemos também como é Coronel Fabriciano, com toda a sua situação geográfica, com rio passando dentro da cidade, com estrada de ferro, com rodovia federal. Então, a Assembleia Legislativa fez muito bem. E fez muito bem também, Sr. Presidente, em relação à redução dos gastos dos gabinetes. Acompanho V. Exa. nesta iniciativa. Por fim, a prevenção à violência doméstica contra a mulher, Sr. Presidente, e quanto às crianças também. Como dizia a minha mãe - quem nunca tomou banho de bacia não sabe: “A gente não joga fora a água do banho, da bacia, no quintal, para apagar poeira, com a criança dentro”. Nós não podemos dizer que o ambiente doméstico é um ambiente de risco. Não é. Na minha família, não há histórico de agressão contra mulher, contra criança. Essa é a civilização moderna judaico-cristã, diferente da Mesopotâmia, das outras civilizações, em que a mulher não era nada, em que as crianças eram sacrificadas, eram mortas. Portanto, nós não podemos perder tudo aquilo que nós temos. Olho para V. Exa. e fico vendo o seu pai sentado aí. Lembro-me de sua mãe, lembro-me da sua família, lembro-me do Tio Maru. (- Risos.) Não existe agressão, não existe nada. Existe emoção, amor. Então, é só um cuidado para a gente não jogar a água suja da bacia fora junto com a criança. Ambiente doméstico é ambiente de amor também. Aqueles que forem violentos que sejam punidos de acordo com a lei proposta pelo Doutor Jean Freire. Vamos proteger nossas mulheres e nossas crianças, que nós amamos tanto. Sr. Presidente, é dessa maneira que votei e que penso. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Leite. Agradeço a V. Exa. a citação carinhosa à família. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Gustavo Santana.

O deputado Gustavo Santana – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. deputadas e os Srs. deputados. Parabenizo-o mais uma vez, Sr. Presidente, pelas sábias atitudes, colocando em votação essa matéria importante da redução da nossa verba indenizatória como as outras demais. Venho aqui, Sr. Presidente, para cobrar mais uma vez do Estado, do governador que tenha atitudes mais rápidas, porque nós, mineiros, estamos aguardando. Várias cidades ainda estão preocupadas com esses kits para poderem fazer o exame do coronavírus - muitas delas ainda não têm acesso a eles. Eu tenho contato com várias prefeituras que encontram dificuldade na compra também de alguns materiais hospitalares, como as máscaras de prevenção. Quando se acha para comprar no mercado, estão com um preço muito abusivo. Então, gostaria de pedir ajuda ao governo junto às prefeituras para que o pessoal consiga ter esses materiais o quanto mais rápido possível. Essas são as minhas falas no dia de hoje. Parabenizo mais uma vez a Mesa diretora e os Srs. deputados e Sras. deputadas.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, mineiros e mineiras, servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Quero parabenizar aqui na minha declaração de voto a Mesa diretora da Casa pela condução do projeto de redução da verba indenizatória, demonstrando aí essa assertividade na condução dos trabalhos e na parceria, no compromisso com os mineiros e as mineiras no enfrentamento de todas as dificuldades por que esta nossa legislatura passa. Mas eu quero aqui, de forma especial, destacar o Projeto de Lei nº 5.251/2018, do deputado Doutor Jean Freire, pela questão oportuna do

momento de tratar o debate do enfrentamento da violência doméstica, especialmente, trazendo também para esse eixo os profissionais do PSF – Programa da Saúde da Família –, em um dia muito especial, que é o Dia Mundial da Saúde. E nós sabemos e estamos percebendo o quão importante é o nosso Sistema Único de Saúde aqui, no Brasil, que precisa suportar todo esse enfrentamento da pandemia por que estamos passando. Quero destacar também que o isolamento social tem promovido, infelizmente, o aumento da violência doméstica, e é extremamente louvável a Assembleia Legislativa aprovar um projeto como este no dia de hoje. Além disso, presidente - já caminhando para o encerramento -, destaco a triste informação do corte dos programas de prevenção à violência e à criminalidade aqui, no Estado de Minas Gerais, que são realizados nas áreas de muita vulnerabilidade, tratando aí dos nossos adolescentes e jovens, especialmente na faixa etária de 12 a 24 anos. E quero destacar aqui o programa Fica Vivo, que já existe no Estado há 17 anos, é referência nacional e internacional. E nós sabemos e ouvimos do nosso secretário Gen. Mário, aqui, em nossa audiência do Assembleia Fiscaliza e também em várias outras audiências públicas realizadas aqui, na Assembleia, que prevenir é sempre muito mais barato que remediar. Eu quero fazer aqui uma manifestação de repúdio a essa tomada de decisão do governo; quero destacar que deixaremos de atender mais de 10 mil jovens e adolescentes; e, neste momento de enfrentamento à Covid-19, nós ainda estamos desempregando mais de 330 oficinas desses programas. Então, quero deixar aí meu lamento e também reafirmar o meu compromisso com a parcela da população que ainda precisa muito do Estado, especialmente as comunidades mais vulneráveis. Obrigada, presidente. Um abraço a todos e a todas.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas; boa tarde aos servidores e, especialmente, aos profissionais de saúde. Hoje é o Dia Mundial da Saúde. São pessoas tão fundamentais para o momento de pandemia que o Brasil, o mundo e o nosso Estado de Minas Gerais vivem com particular intensidade. Parabéns também para os profissionais do jornalismo, que, mesmo nessa época difícil, em que fake news aparecem a todo momento pela internet, ainda mantêm um trabalho sério de informação da população, o que se mostra ainda mais essencial nesta hora. E parabéns também ao colega Doutor Jean Freire e à colega Andréia de Jesus pelo excelente trabalho feito no projeto de combate à violência doméstica, que visa não apenas evitar que esse tipo terrível de crime aconteça, mas também acolher as vítimas, protegê-las. E isso é especialmente importante no contexto do isolamento social provocado pelo coronavírus, para que essas pessoas não fiquem relegadas, desamparadas no aspecto social. Eu gostaria, Sr. Presente, de parabenizar especialmente V. Exa. e toda a Mesa da Assembleia pelo excelente Projeto nº 1.799, que prevê a Assembleia dando um exemplo de corte na carne e economia de custos para poder auxiliar o Estado de Minas Gerais no combate à pandemia do coronavírus - momento tão essencial em que a nossa população espera, sim, um exemplo vindo da classe política. Ao longo do primeiro ano do meu mandato, eu consegui fazer uma economia de 95% nas verbas indenizatórias, mas tenho a consciência de que é uma situação particular, de um deputado que é de Belo Horizonte e que tem uma atuação muito pela internet, mas nem por isto é um deputado que ficou longe da população. Eu tenho hoje métodos criativos de voluntariado, de engajamento em redes, presentes em 49 municípios, através de 59 pessoas que dedicam o seu tempo e a sua atenção para ajudar este Legislativo a estar perto da população. Esse exemplo – acredito - pode também ser, em boa maneira, reproduzido pelos colegas para que a gente consiga ir além; para que a gente consiga também discutir e trabalhar aqui a redução de outros custos envolvidos no gabinete, como as verbas remuneratórias de gabinete; e para que a gente, cada vez mais, ajude o Estado não apenas com o nosso trabalho legislativo, mas também com recursos, com verbas que são essenciais no momento em que a saúde deve ser a prioridade absoluta do Estado. Sr. Presidente, parabéns - excelente iniciativa, exemplar. A Assembleia de Minas sai na frente. Parabéns. E parabéns também aos nossos servidores de tecnologia e à Diretoria-Geral da Assembleia pela solução construída para que, na próxima semana, a gente já tenha votações pelo Silegis. É impressionante a qualidade do trabalho da nossa equipe técnica. Fica um abraço para todos eles. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo por essa iniciativa. A Assembleia de Minas Gerais, mais uma vez, sai na frente, está na vanguarda com essa iniciativa, em prol da população – o senhor junto com a Mesa –, de reduzir, neste momento tão sensível para a população, os gastos dos gabinetes. Parabenizo todos os deputados que votaram a favor e

aproveito, presidente, para parabenizar também pelo projeto de combate à violência doméstica. E hoje faço essa referência até em homenagem à minha esposa, que faz aniversário. Presidente, eu quero deixar aí um alerta para o governo em momentos em que estamos buscando até a construção de hospitais de campanha. Nós estamos vivenciando essa situação tão sensível, e eu quero chamar a atenção, presidente, para o Hospital João Penido, da cidade de Juiz de Fora, que é um hospital referência para receber as pessoas suspeitas da Covid-19. Nós temos aqui... E foi uma luta, durante os quatro anos do nosso mandato passado, para que as obras se finalizassem e pudéssemos oferecer à população de Juiz de Fora mais 10 leitos. Presidente, são 10 leitos que estão prontos para atender à população, aumentando o conforto das famílias, mas ainda não chegaram os equipamentos que foram prometidos pela Secretaria de Saúde, os equipamentos para o funcionamento desses 10 leitos. Quero fazer um alerta. Hoje, dos 10 leitos separados aqui para UTI desse importante hospital, 7 leitos já estão ocupados com suspeita do coronavírus. Há uma confirmação. Esses 10 leitos precisam dos equipamentos e também da mão de obra para que possam funcionar. Então, presidente, faço essa manifestação aqui na Assembleia Legislativa. Irei amanhã a Belo Horizonte, à Secretaria de Saúde, para conversar para que esses leitos, esses equipamentos possam ser trazidos o mais breve possível para a cidade de Juiz de Fora. Aproveito, Sr. Presidente, para ressaltar e parabenizar mais uma vez V. Exa. quando fortalece os mandatos dos deputados, que têm a possibilidade, através de emendas parlamentares, de amenizar o sofrimento das regiões representativas de cada deputado. É muito importante isso. Ninguém melhor que os deputados, que estão nas bases, para saber onde há demanda maior de recursos públicos para que a população possa ser beneficiada através de recursos provenientes de emendas parlamentares, principalmente no momento que estamos vivendo, em relação à Covid-19. Parabéns a V. Exa. Há várias regiões sendo beneficiadas por iniciativa do senhor e da Mesa diretora, de fortalecer os mandatos para que a gente possa dar mais conforto a toda população de Minas Gerais, através dos mandatos dos deputados, que têm no seu mandato a legitimidade da representatividade popular em todo o Estado. Parabéns pela iniciativa de V. Exa.

O deputado André Quintão – Presidente, mais um dia de trabalho importante da Assembleia, aprovando requerimentos e projetos já mencionados, de muita relevância no enfrentamento da pandemia do coronavírus. Eu destacaria aqui um requerimento que aprovou a convocação da secretária de Estado de Desenvolvimento Social para estar conosco, amanhã, a partir das 13 horas, na Assembleia Legislativa. Sabemos que os impactos sociais da pandemia e seus efeitos são muito grandes, principalmente em relação aos setores mais empobrecidos da população. Sabemos que o desemprego, que o desaquecimento da atividade econômica faz com que a fome e o sofrimento batam à porta daquelas pessoas mais pobres, de maneira mais rápida. Nós precisamos saber das medidas efetivas que o governo do Estado vai ou já está tomando. Infelizmente percebemos uma grande morosidade. Como estão as famílias, as crianças que deixam de frequentar a rede estadual de educação, no tocante à alimentação escolar? Como estão os municípios no recebimento do Piso Mineiro da Assistência Social, que é o recurso destinado às pessoas idosas que precisam da proteção especial? Como está o pagamento da bolsa-reciclagem para os catadores de materiais recicláveis? O Estado vai lançar algum auxílio emergencial financeiro? Nós aprovamos essa diretriz aqui na Assembleia na semana passada. Então é muito importante a presença da secretária, porque nós sabemos que, em momento de pandemia, é preciso Estado forte, Estado presente, Estado de proteção social, e não do Estado que corta recurso da área social, como está se avizinando nos programas vinculados à prevenção social, à criminalidade, como o próprio Fica Vivo. Terminei, presidente, deixando aqui, no Dia Mundial da Saúde, no Dia do Jornalista, um grande abraço a todos esses profissionais, no caso da saúde pública, do SUS e também da rede privada, e do jornalismo, que é tão fundamental para a nossa democracia. Muito obrigado.

A deputada Marília Campos – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos e todas. Eu quero dizer para o senhor que senti muito orgulho quando vi esse projeto, o 1.799, que reduz a verba indenizatória dos deputados e deputadas neste momento. Persigo uma luta histórica pelo fim dos privilégios na política. Esta Assembleia deu exemplo, há pouco tempo, no mandato anterior, de acabar com a aposentadoria especial dos parlamentares, e agora, neste momento, reduz a verba indenizatória, podendo inclusive reduzir as verbas de auxílio, diárias de viagem. Eu queria sugerir, então, presidente, que isso não fosse apenas uma política excepcional, mas uma política permanente, para que a gente tenha recursos para investir em políticas sociais de que o povo precisa, porque acredito que

vamos precisar diminuir custos como esses que estamos diminuindo aqui, não só na Assembleia Legislativa, mas também no Ministério Público e no Poder Judiciário. Segundo, presidente, queria ressaltar a importância desse projeto do deputado Jean Freire, que enfrenta a questão da violência doméstica. De fato a família é um lugar muito especial, mas, infelizmente, e aí me dirijo ao deputado João Leite, grande parte dos agressores de mulheres são seus próprios companheiros, seus namorados, seus maridos. Então é muito importante que a gente tenha o Estado para amparar essas mulheres num momento de isolamento social, num momento em que as mulheres estão sendo mais prejudicadas, tendo em vista que elas ocupam o trabalho informal, o trabalho precário. Esse projeto do deputado Jean Freire se soma a um esforço de combate às violências, como é o caso das delegacias de mulheres e como é o caso da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar, e agora esse projeto integrado da saúde. Então quero parabenizar a Assembleia, as deputadas e os deputados, e especialmente a deputada Andréia de Jesus, que foi a relatora de todos os projetos, porque acho que assim a gente protege as mulheres, que são as mais vulneráveis nessa pandemia que a gente vive. Obrigada, presidente.

O deputado Raul Belém – Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo e, na pessoa de V. Exa., cumprimentar toda a Mesa da Assembleia e os deputados estaduais por esse projeto de resolução, que reduz os gastos das verbas indenizatórias. É a Assembleia de Minas, mais uma vez demonstrando a seriedade, a responsabilidade e dando o exemplo, sob o seu comando, presidente Agostinho Patrus. No ano passado, V. Exa., através de uma gestão responsável, devolveu R\$46.000.000,00 à saúde do Estado de Minas Gerais, e é importante que todos os deputados, com essa posição firme e responsável de trabalharmos, que a Assembleia traga respostas em meio a essa pandemia, que, com certeza, desencadeia uma crise econômica sem precedentes para o Estado e para a Nação. Então vamos trabalhar firme para melhorar a condição do povo mineiro, e que esses recursos economizados, esses recursos que estão deixando de ser gastos possam chegar às mãos das pessoas que mais precisam e que passam dificuldades até mesmo com alimentos e com necessidades básicas. Que esses recursos possam chegar até essas pessoas sofridas no Estado de Minas Gerais. Quero parabenizar o deputado Jean Freire pelo projeto de lei excepcional em defesa da mulher, que faz essa união com a Unidade Básica de Saúde da Família e com a atenção de saúde da família, que é um dos programas mais amplos do País, se não for o mais amplo do País. Isso vai trazer uma ajuda muito importante para controlar e combater a violência doméstica. Um grande e excelente projeto. Chamo a atenção, diante dessa grandeza desse projeto que foi aprovado hoje pela Casa, para o fato de que o Estado de Minas está encerrando as políticas de prevenção à criminalidade, o que já foi falado anteriormente por alguns deputados. A gente sabe que o Estado passa por uma crise enorme, mas pedimos ao governador de Minas que reveja isso. Não adianta trabalharmos de um lado, como estamos fazendo aqui, aprovando esse grande projeto do deputado Doutor Jean Freire, e, por outro lado, o Estado cortar as políticas de prevenção à criminalidade. Então eu peço que isso seja revisto. Amanhã eu estarei aqui para cobrar também da secretária de Desenvolvimento Social, para que nós possamos saber de que maneira o Estado tem atuado para dar condições mínimas neste momento de tanta dificuldade ao povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O deputado Carlos Pimenta – Presidente Agostinho Patrus, eu gostaria, antes de declarar meu voto, de fazer até mesmo uma questão de ordem e uma explicação. Nós votamos aí alguns projetos de prefeitos de Contagem, de Coronel Fabriciano, em que a Casa reconheceu o estado de calamidade, de emergência desses municípios que estão passando por dificuldades. Eu entendo, meu presidente, que todos os municípios mineiros estão em estado de calamidade, e o Estado de Minas Gerais também está em estado de calamidade. Então você imagina se todos nós viermos a apresentar projetos para que Montes Claros, para que Pirapora, para que Belo Horizonte e outra cidade tenha esse reconhecimento da Casa. Com a devida vênia, eu posso estar errado, mas eu entendo que é importante que a gente entenda, que a gente saiba e aceite todo estado de calamidade do Estado para que os prefeitos tenham condições de fazer algum remanejamento sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é a minha questão de ordem. Eu gostaria, depois, de um esclarecimento a respeito disso. Eu gostaria também, primeiro, de dizer que são projetos interessantes. O projeto do Doutor Jean é um projeto muito importante; o projeto também da Assembleia que reduz a verba indenizatória é superimportante. Parabéns. Acho que isso é fundamental, mas eu peço licença ao senhor para trazer dois assuntos importantes também. Hoje, nós fomos surpreendidos aqui, em Montes Claros, com uma reportagem dizendo que o governo do Estado suspendeu

todos os projetos de construção da barragem do Rio Jequitaí, uma barragem que teve, só este ano – e o recurso já está na conta do Estado de Minas Gerais –, R\$50.000.000,00, conseguidos pelo senador Rodrigo Pacheco, e R\$20.000.000,00, pela bancada federal, e o governo, na contrapartida, daria R\$5.000.000,00. O governo não só não irá repassar os R\$5.000.000,00, como também suspendeu todos os projetos. Isso vai trazer um prejuízo incalculável para a região do Norte de Minas. Então fica o meu repúdio, fica a minha insatisfação. Já pedi ao Tadeuzinho, que está ao seu lado aí, para que ele, como líder da bancada do Norte, possa se pronunciar a respeito desse assunto, e nós não vamos aceitar que isso aconteça, que essa decisão de quatro paredes possa repercutir tão negativamente no Norte de Minas. E o segundo ponto, Sr. Presidente, é que o Norte de Minas foi considerado a região de maior vazios de leitos hospitalares de Minas Gerais, e, por outro lado, o Ministério da Saúde sequestrou, sequestrou equipamentos respiradores da UPA de Montes Claros, que estava para ser inaugurada agora. O prefeito Humberto Souto, depois de oito anos, consegue com recursos próprios inaugurar uma das mais equipadas e importantes Upas de Minas Gerais; e os nossos respiradores, que poderiam ir para a santa casa, ir para o Hospital Aroldo Tourinho e para o HU, que é o Hospital Universitário, foram levados pelo Ministério da Saúde. Então é uma incoerência muito grande, é uma incoerência muito grande. A região de maior vazios de leitos de Minas Gerais e uma das maiores do País, que tem os equipamentos adquiridos pela Prefeitura de Montes Claros, levados pelo Ministério da Saúde. Eles poderiam, pelo menos, ter ficado aqui, em Montes Claros. Um abraço, e amanhã nós estaremos juntos novamente, meu presidente Agostinho.

O deputado Professor Irineu – Quero cumprimentar o presidente Agostinho Patrus, em cuja pessoa cumprimento toda a Mesa diretora, e parabenizar pelo PL nº 1.799. É um momento difícil de todos, e todos têm que dar sua contribuição. Então, parabéns. A Assembleia Legislativa sempre saindo na frente. Queria aproveitar a oportunidade também para cumprimentar, pelo Dia Mundial da Saúde, todo o grupo da saúde que está hoje na frente, correndo riscos, muitos até sem equipamentos, mas cuidando das vidas, que esse grupo realmente seja reconhecido e seja valorizado. De uma forma muito especial, cumprimento também, pelo Dia do Jornalista, esse grupo que, às vezes é mal-entendido pelas suas reportagens, às vezes, são criticados, mas eles são muito importantes numa sociedade, numa democracia. Quero dizer também, presidente, que, ao votar esses dois projetos de decreto de calamidade pública que são muito importantes para as cidades, sobretudo, aqui, para Contagem e para Coronel Fabriciano, a gente, com isso, de fato, evite o risco e as dificuldades da Covid-19. Contagem é uma cidade que está muito próxima de BH, e temos uma influência muito grande aqui. Então, que, de fato, com esse decreto, os nossos governantes possam cuidar bem da nossa cidade, cuidar bem do nosso povo. Da mesma forma, o pessoal de Coronel Fabriciano. Nesse outro projeto, o 5.251, quero parabenizar o Jean Freire. Eu acho que hoje a gente está vivendo um momento muito sério com casos de violência contra a mulher, sobretudo agora com as pessoas ficando em casa. Então, parabéns, mesmo, a todos. Quero deixar aqui o meu agradecimento por participar deste momento tão importante do Poder Legislativo. Só para encerrar, eu cobre, por duas vezes já, ao governo do Estado os equipamentos para as UTIs na cidade de Caratinga para o Hospital Irmã Denise, e até hoje nós não temos resposta. Que a Comissão de Saúde nos ajude, através do senhor, a encaminhar esses equipamentos para lá. Muito obrigado, presidente, e até a próxima.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, a primeira fala é diretamente para o senhor. A equipe que o senhor colocou aí para assessorar a Assembleia como um todo na questão das emendas impositivas acabou errando na remodelação. Nós temos três situações na saúde: atenção hospitalar, atenção especializada e atenção básica. Na atenção básica não há como mudar nada – nós não podemos mudar. Na atenção hospitalar, muitos deputados colocaram recursos para mandar aos hospitais. Acontece que Minas, na contramão do governo federal, que manda dinheiro aos hospitais todos os anos, porque é uma ação continuada – o SUS, o nosso grande SUS, é uma ação continuada -, não aceitou que os hospitais filantrópicos recebessem recursos, de maneira que nós tivemos que lançar em hospitais municipais, que, às vezes, não são grandes e não têm capacidade para segurar um problema desse. Então, nós não podemos diminuir os recursos que estão indo para esses hospitais municipais, que, na minha região, são pequenos, para passar para os hospitais filantrópicos, onde há um grande tumulto. Acontece que nós estivemos na AGE, e a AGE já autorizou passar recursos para os hospitais filantrópicos, porém, na lei que foi votada por nós, nós não podemos mudar os hospitais da atenção hospitalar – e

poderiam ser mudados. Eu gostaria que o senhor pedisse ao Marco Antônio para avaliar isso e, se fosse o caso, rapidamente a gente até votaria uma nova lei para que esse recurso fosse para os hospitais que realmente têm UTI e aguentam esse problema. Gostaria também de pedir aqui que o pessoal do Partido Novo levasse ao governador a situação do programa Fica Vivo! O que poderia acontecer, inclusive, deputado Guilherme da Cunha, seria propor ao pessoal, aos estagiários do programa Fica Vivo: “Venham cá, vocês podem continuar como voluntários, e a gente pagar só o transporte durante três meses, até passar essa crise?”. Isso para não terminar um programa como esse. Gostaria também que o Guilherme da Cunha levasse ao governador a questão dos servidores do Hospital Universitário. Eles são servidores da área da educação e não da saúde. Então, agora o pessoal do Estado está recebendo o seu recurso, mas eles não estão. Seria bom se houvesse dinheiro para pagar todos. O pessoal da saúde do HU não pode ficar nessa situação. Quero parabenizar então todos os profissionais da saúde, neste Dia Mundial da Saúde, e o prefeito de Betim, porque já estão passando R\$59,00 para cada família dos alunos municipais, inclusive com um cartão para poder, junto com o CDL, comprar de empresas. No mais, o Projeto de Lei nº 1.799, que é um projeto em que o senhor, a Mesa e nós, os deputados daqui, estão saindo na frente. Infelizmente, o nosso Congresso não quis aprovar um projeto mais completo de um deputado de São Paulo, que seria o seguinte: todo mundo que receber mais de R\$10.000,00 em qualquer poder, durante quatro meses, receberia 50% a menos. Isso aí daria um dinheiro substancial, mas a Assembleia de Minas sai na frente e dá esse exemplo. Então a minha declaração de voto é de que realmente esta tarde foi muito proveitosa.

O deputado Fernando Pacheco – Presidente, eu queria aproveitar hoje, Dia Mundial da Saúde, para fazer uma reflexão do quanto o SUS é importante no nosso sistema público de saúde. Ai de nós se não tivéssemos um SUS já instalado há algum tempo, com a descentralização dos serviços, com a atenção primária podendo ser um ponto de apoio e com todas as questões programadas; um trabalho que começou lá atrás e que hoje, num momento de pandemia, nos beneficia com essa estrutura, mesmo que subfinanciada, mesmo com problemas de gestão, mesmo tirando recursos para fundos partidários ou para outras situações que não são justas. Ainda assim o SUS é essa grande condição de segurança nossa, hoje, nesses dias de pandemia. Quero também reverenciar o trabalho da imprensa, esse serviço essencial na democracia e nos momentos de resolução de situações inconsistentes e instáveis, como também estamos atravessando neste momento de pandemia da Covid-19, pelo agente transmissor coronavírus. E quero parabenizar a deputada Andréia de Jesus pela condução e por ter condição de exarar pareceres tão importantes e muito bem-feitos dos projetos de resolução das cidades de Contagem e Coronel Fabriciano, assim também como o projeto de lei do deputado Jean Freire, que consegue trazer uma qualidade de prevenção contra a violência à mulher, incluindo isso nos planos de trabalho da saúde. Gostaria de exaltar, presidente, V. Exa., a Mesa e o Colégio de Líderes por esse projeto que se inicia de uma contenção de despesas para direcionamento a prioridades que são infinitamente muito mais necessárias. Nessa questão, eu exalto todos vocês por nos colocarem como vanguarda num processo tomando essa iniciativa. Creio que, se outros problemas piores surgirem, a gente ainda poderá ter a criatividade da Mesa e do presidente para fazer mais se for preciso, porque, neste momento, as prioridades têm que ter um grau de primazia - não podemos esperar -, vinculando, se possível, presidente, esses recursos a hospitais, principalmente hospitais regionais, como hospitais das microrregiões todas, hospitais que precisam e às vezes não têm os recursos necessários. Eles são importantes para desafogar um pouco as macrorregionais. Então que esse recurso possa ser direcionado especificamente para hospitais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Creio que hoje estamos encerrando uma fase importante dos nossos trabalhos nesse período, que é o foco na pandemia, no coronavírus em si. Votamos hoje, e claro que depois voltaremos a esse tema. Mas aqui o que era o foco no essencial termina hoje. E eu chamo a atenção para uma outra pandemia, que não será pequena: é a pandemia econômica; é a pandemia que vem aí, de um grande crash da economia mundial. Nós temos hoje já, nos jornais, mostrando que o Brasil pode cair 7,7%. E o resto do mundo caindo, fica muito difícil a recuperação econômica. Nós temos, tal como na questão do vírus, a pandemia da crise econômica, da recessão econômica, que tem que ser curada e tratada com antecedência. Eu creio que, a partir da semana que vem, temos que tratar disso. Eu próprio tenho um projeto, o Projeto nº 1.813; outros deputados devem ter também. Chamo a atenção para um ponto apenas: nós estamos fazendo aqui uma conferência

através do Zoom. O Zoom tinha 10 milhões de usuários há dois meses atrás; hoje tem 200 milhões no mundo. Essa explosão de usuários na comunicação virtual está acontecendo no Brasil. Se nós já tivéssemos aprovado a extensão do ICMS para isso, que não paga nada... Existem empresas que não pagam um centavo para ninguém, nada, nada. Nós ficamos cobrando ICMS de comunicação em cima de telefone, em cima do circuito de internet. Isso não é nada, isso acabou. Esse pessoal leva bilhões do mundo inteiro, e não paga nada, presidente. Então eu acredito que está na hora de nós tomarmos uma medida e colocarmos realmente tudo que pudermos fazer para prevenir esses danos enormes que virão da pandemia, da recessão econômica, que vai pegar Minas Gerais numa situação já debilitada. Se a outra mata quando encontra um paciente já debilitado, Minas já estava debilitada pela questão do desequilíbrio fiscal grave que nós já vivíamos. Portanto chamo a atenção: vamos nos debruçar sobre esse assunto, sobre o nosso patrimônio, sobre o crescimento da nossa economia, sobre as nossas possibilidades de investimento, sobre as variáveis macroeconômicas preventivas. Se nós não fizermos nada, o dano será infinitamente maior.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, na minha declaração de voto eu queria primeiro cumprimentá-lo e cumprimentar todos os deputados que votaram favoráveis a sua iniciativa, à iniciativa da Mesa, em diminuir e cortar 30% das nossas verbas indenizatórias. É muito importante cortar na carne e dar o nosso exemplo. Parabéns. Queria também manifestar aqui a minha solidariedade a todos os caminhoneiros. O Brasil para, mas os caminhoneiros não param. Não param porque eles têm que levar a produção, têm que levar o alimento para o Brasil. Têm que levar também a nossa produção para os portos, para a exportação. E olhem que, muitas vezes, faltando até espaço adequado para eles tomarem banho. Muitos restaurantes fechados. Quando eu vim, esta semana, de São Sebastião do Paraíso – tive que ir lá por motivo de força maior -, não havia um restaurante aberto praticamente de São Sebastião do Paraíso até Belo Horizonte. Imaginem a situação que o caminhoneiro passaria, num domingo, à tarde, cheio de caminhões, por essas rodovias. Também os nossos produtores rurais. O Brasil para, mas o produtor não para, para produzir o alimento e produzir riqueza para o nosso Brasil. E hoje votamos aqui, presidente, o decreto de calamidade nos Municípios de Coronel Fabriciano e Contagem. Dois grandes companheiros, prefeitos Marcos e Alex, que fazem um trabalho muito sério em suas cidades. Mas, como já disse hoje o Carlos Pimenta, nós temos que fazer no atacado, como fez São Paulo. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 65, diz que cabem às assembleias dos estados os decretos de calamidade pública municipal. Então São Paulo já fez no atacado, fez em bloco, fez para todos. Então é o nosso requerimento, e eu peço a V. Exa. Estamos aí propondo essa ação nesse sentido. Inclusive foi também manifestação do deputado Carlos Pimenta. Esperamos, porque isso facilita. A calamidade pública está em todo o Estado, como no comércio fechado, com as pessoas dentro de casa, com as empresas que estão quebrando, que estão em dificuldades, com os municípios que terão uma arrecadação muito menor que o Estado terá. Então, há uma calamidade realmente geral. Nós podemos facilitar e antecipar tudo isso. É isso, Sr. Presidente. Vamos continuar nossas votações, que têm sido muito positivas. Parabéns! Se Deus quiser, Minas Gerais e o Brasil vão sair desta epidemia. O mundo vai sair e isso servirá de aprendizado para todos nós. Obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas deputados e deputadas. Boa tarde ao povo mineiro. Nós estamos aqui, como eu disse, Sr. Presidente, diretamente do Vale do Jequitinhonha, pedindo ao povo e também dando o nosso exemplo de isolamento social. Sr. Presidente, eu queria primeiro falar de um ponto que está me preocupando muito, no que diz respeito às comunidades quilombolas, principalmente as da nossa região, que estão em terceiro, quarto lugar, em relação à maior concentração de quilombos do País. Essas comunidades estão recebendo as pessoas que saíram para o corte de cana, para a colheita do café. E muitos deles podem estar trazendo com vocês ou com eles o vírus. Quero chamar também a atenção para a questão dos músicos de todo o Estado de Minas Gerais, que já estão passando por muitas e muitas dificuldades, bem como para os artesãos, os artistas, os artistas circenses. Eu quero chamar a atenção para isso, Sr. Presidente, para que todos nós, deputados, e esta Casa possamos cobrar, no dia a dia, ações efetivas do governo. Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para esse projeto, de minha autoria, que institui a política de prevenção à violência doméstica. Quero lembrar da minha trajetória na saúde. Comecei trabalhando como recepcionista no Hospital Vale do Jequitinhonha. Fui atendente de enfermagem e me formei médico-cirurgião. Mas a minha

primeira atuação como médico, Sr. Presidente, foi no Programa Saúde da Família. A gente tinha uma ligação direta e fazia questão absoluta de visitar as pessoas. Eu fazia questão de, todos os dias, ter o meu momento de visita, na casa das pessoas. E a gente sente a importância desse Programa Saúde da Família e sabe o papel de cada um: do recepcionista do Programa Saúde da Família, do agente de saúde, do médico, do enfermeiro, do técnico de enfermagem. E sabemos como todo processo pode ajudar em um programa para prevenir a violência doméstica, principalmente neste momento, em que o mundo chama a atenção para esse caso, que pode também se tornar uma pandemia de violência doméstica em cada canto deste mundo. Sr. Presidente, para terminar, eu queria elogiar o projeto de autoria desta Mesa, ou seja, do Projeto de Lei nº 1.799, na pessoa do senhor. Sinto orgulho de participar desta Casa, que corta na própria carne. Isso é importante. Nós estamos vivendo no País, nos últimos anos, um momento em que jogaram todos os políticos para a mesma vala comum. E aí os bons pagam pelos maus. Se nós, que julgamos ser feitos de um bairro diferente, se nós não cortamos na própria carne, se nós não atuamos assim, Sr. Presidente, neste momento de crise, aí realmente a gente se iguala. Então, eu queria parabenizá-lo e parabenizar esta Casa por esta iniciativa. Queria chamar a atenção, Sr. Presidente, para isso: o ano passado, esta Casa devolveu aos cofres públicos, devolveu ao Estado de Minas Gerais R\$46.000.000,00. Isso pouco é lembrado. Agora, nós estamos vendo, nas propagandas, Sr. Presidente, o Estado de Minas Gerais dizer que vai gastar R\$55.000.000,00 para o enfrentamento da pandemia, enquanto a Assembleia de Minas Gerais devolveu R\$46.000.000,00 e, diga-se, de passagem, orientou e indicou que essa verba fosse investida na questão da saúde. Comparando o tamanho da Assembleia Legislativa, o orçamento que tem a Assembleia Legislativa, o orçamento do Estado de Minas Gerais... Então quero dizer que fico muito orgulhoso de fazer parte desta Casa e parabenizar todo o corpo clínico e todos os jornalistas desta Casa. E, em nome de vocês, eu parabeno a todos pelo dia do jornalista e da jornalista. Como profissional de saúde que fui a minha vida inteira, não poderia deixar de parabenizar os profissionais de saúde, aqueles que estão na linha de frente, os que trabalham na recepção do hospital, desde o agente de saúde até o médico intensivista. Parabéns a vocês. Para terminar, peço à população: fiquem em casa, para que nós, profissionais de saúde, possamos atuar com mais tranquilidade por todos vocês. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Para o esclarecimento de V. Exa. e do público que nos acompanha, a Assembleia de Minas representa 1,4% do orçamento do Estado de Minas Gerais. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Repórter Rafael Martins.

O deputado Repórter Rafael Martins – Boa tarde, presidente Agostinho; boa tarde aos colegas deputados e deputadas e também a todos que nos acompanham aqui, na TV Assembleia. Quero destacar também na minha fala aqui, presidente, o Projeto de Lei nº 1.799 e parabenizar a Mesa da Assembleia Legislativa, na pessoa do senhor, por essa iniciativa. Nós nos sentimos muito honrados por iniciativas como essa. Sabemos que a decisão do senhor foi sensata, prática, vai ter reflexos, com certeza, e só demonstra, presidente, que a nossa Assembleia está conectada com a voz que vem das ruas. Isto é muito importante, é o que a população espera de nós: fazermos mais gastando menos. Isso é muito importante. Quero dizer desse compromisso da Assembleia com a economia dos recursos públicos. Já foi demonstrado esse compromisso o ano passado, quando foram devolvidos R\$46.000.000,00 aos cofres públicos, quando nós tivemos a oportunidade de devolver ao Estado R\$46.000.000,00 para serem investidos na saúde. Então, é um grande exemplo que nós estamos dando, não só para Minas Gerais, mas para o País inteiro, um exemplo de austeridade. E vou dizer uma coisa para todos que estão nos acompanhando: o exemplo não é o melhor caminho, presidente. O exemplo é o único caminho que nós temos para transformar aquilo que nós acreditamos. Então, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. Fico muito feliz de dar a minha contribuição votando “sim” para a deliberação da Mesa dessa economia, pois acredito que nós podemos custar menos para os cofres públicos. Parabéns mais uma vez. Encerro a minha fala parabenizando os profissionais da saúde neste dia tão importante para a nossa saúde. Quero parabenizar não só os nossos colegas jornalistas que trabalham na Assembleia, mas também aqueles com quem nós tivemos a oportunidade de conviver ao longo desses 20 anos, que eu tenho na televisão aqui, em Minas Gerais. O meu muito obrigado e uma excelente tarde a todos, presidente.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. De maneira semelhante aos colegas, inicio parabenizando todos os profissionais da saúde que estão na linha de frente dessa batalha contra o coronavírus, tratando as pessoas doentes e todos aqueles que necessitam de atendimento. Quero parabenizar também todos os profissionais essenciais, como os da segurança pública, que estão nas ruas trabalhando neste momento. Eu quero, presidente, parabenizar a Mesa da Assembleia e todos os colegas pela aprovação do Projeto nº 1.799/2020, que autoriza a redução das verbas indenizatórias dos parlamentares e também a redução do valor das diárias pagas em viagens. Eu sempre tento gastar o menos possível com verbas indenizatórias e esses tipos de gastos. Ano passado fui o parlamentar que menos gastou verba indenizatória, então, para mim, isso não é um sacrifício. Mas eu acho importantíssimo o posicionamento que esta Casa toma em relação a cortar na própria carne, a tirar do próprio caixa, porque é muito cômodo para algumas lideranças políticas dizerem para a população “fique em casa”, dizerem para o autônomo, para o microempresário, para o pequeno empresário que eles podem quebrar, e não fazer sacrifício algum. Como é o caso, por exemplo, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, crítico ferrenho do isolamento vertical, mas que não permitiu que fosse votado, junto à PEC do orçamento de guerra, a transferência dos recursos dos fundos eleitoral e partidário para o combate ao coronavírus, porque isso era um incômodo para alguns parlamentares do Centrão. Então, esta Casa, neste momento, dá o exemplo, corta o seu próprio orçamento - como já deu exemplo no ano passado -, devolvendo parte dele ao governo do Estado. Espero que outros Poderes vão pelo mesmo caminho, também cortando penduricalhos neste momento de pandemia; que outras Casas Legislativas, de outros estados, dos municípios e federais possam seguir esse belo exemplo da Assembleia de Minas. Parabéns, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A deputada Rosângela Reis – Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero aqui agradecer a oportunidade de poder falar e faço questão de dizer porque até mesmo V. Exa. está nesta Mesa e sei que milhares, milhões de pessoas estão nos ouvindo nesta hora. Votamos quatro projetos importantes aqui, na Casa. Estamos trabalhando em home office e reconhecemos que o Município de Coronel Fabriciano e também o Município de Contagem estão declarando estado de calamidade pública, mas entendo eu, presidente, que deveria também esta Casa fazer outros projetos para todos os municípios do Estado de Minas Gerais. Também corroboro com a fala do deputado Carlos Pimenta no sentido de que, neste momento de crise do coronavírus, que está afetando as cidades... Todas as cidades estão sendo atingidas neste momento com a doença e também com o problema do desemprego. Há a questão da economia, que está sendo enfrentada, e nós vamos ter reflexos dentro dos próximos dias. Eu quero parabenizar também o deputado Doutor Jean Freire, que institui, por meio do projeto de lei que nós votamos, a política de prevenção de violência doméstica. Isso é importante nesta hora em que todos estão em uma fase de isolamento social; que se possa conviver nas famílias, que possam ter respeito e diálogo e que possam vencer esse tempo dialogando e em harmonia dentro de suas casas. Mas quero aqui, presidente, deixar a minha preocupação. A Usiminas, hoje, anunciou, através do presidente Sérgio Leite, que está fechando dois altos-fornos, deixando um apenas; e está também dando férias coletivas a seus empregados e deixando parte deles com um trabalho em home office. Nós sabemos que a empresa está preocupada e agindo com responsabilidade no sentido de preservar vidas, mas sabemos também dos reflexos que estão sendo causados. Como a empresa vai produzir aço se não tem para quem vender, para onde vender? Essa é a nossa preocupação aqui, mais uma vez, no Vale do Aço. Já enfrentamos outras crises em 2008, perdendo a concorrência para a China, então essa é uma preocupação que nós deixamos aqui: a questão do desemprego que nós já tivemos, das lojas fechadas. Hoje, nós estamos vivendo mais uma vez outros reflexos do fechamento do comércio aqui na cidade e em todo o País. Como esses comerciantes vão sobreviver? Como vai haver emprego para as pessoas? É o que o deputado Virgílio colocou: nós temos que nos preocupar e nós temos que pensar em projetos de lei também que possam dar condição para que essas empresas tenham saúde financeira e possam continuar acreditando e sendo empreendedoras no nosso país. Essa é uma preocupação que eu deixo. Coloco isso aqui, presidente, até chegar essa voz também junto ao governador. A nossa deficiência de leitos, que nós temos na nossa região, é gravíssima. Nós temos uma deficiência de leitos. Temos dificuldades hoje em razão dos respiradores. Não temos EPIs também nos hospitais. Nós precisamos de recursos para os hospitais da região. Há médico, hoje, presidente, em hospitais que não foram pagos. Estão de plantão, atendendo à população. Estão sem receber. É esse efeito cadeia que nos preocupa. Solicitamos ao governador do Estado, ao secretário de Saúde do

Estado que possam implantar o nosso Samu regional. Não se justifica essa suspensão, porque a região já está sofrendo, e muito, e muito por falta da implantação do Samu regional. São mais de 81 municípios que vão ser beneficiados. Nós já encaminhamos cerca de R\$3.500.000,00; com o deputado Hercílio Coelho de Diniz, mais R\$1.500.000,00; totalizando R\$5.000.000,00, para que haja a efetivação desse grande projeto, que é o Samu regional. Então eu peço ao senhor que nos ajude junto com o governo do Estado para que nós possamos implantar aqui esse Samu, porque nós temos uma UPA apenas no Município de Ipatinga. Há mais de um milhão de habitantes só no Vale do Aço, para depender dessa transferência de leitos. Está morrendo muito mais gente na espera de leitos hospitalares aqui na região. Todos os dias estão morrendo pessoas. Eu peço a V. Exa. que nos ajude nessa voz e nesse grito. Parabenizo a Mesa pelo projeto de lei de redução dos gastos do gabinete. É importantíssimo. Nós temos de dar esse exemplo para a população. Que outros órgãos também o façam, para que nós possamos comprar equipamentos, respiradores, EPIs para combater esse momento que nós estamos vivendo de pandemia da Covid-19. Muito obrigada, presidente.

O deputado Gil Pereira – Boa tarde, presidente Agostinho Patrus. Venho, mais uma vez, parabenizá-lo pelo belo trabalho. Nós ficamos satisfeitos com o Projeto de Resolução nº 1.799. V. Exa. dá exemplo para o Brasil. Quero também aproveitar, presidente, para dar um abraço em todos os jornalistas. Hoje é o Dia dos Jornalistas. É o Dia Mundial da Saúde. Quero dizer do nosso compromisso com a saúde de Montes Claros e do Norte de Minas. Nós colocamos, e já está com o prefeito Humberto Souto... Estão sendo construídas duas UPAs em Montes Claros, nos Bairros Edgar Pereira e Renascença. São UPAs que vão servir a mais de 80 mil pessoas aqui, na nossa cidade de Montes Claros. Quero dizer também que nós colocamos R\$1.000.000,00 para o prefeito Humberto Souto concluir a UPA no Chiquinho Guimarães. Para estranheza nossa, ficamos sabendo que a Secretaria de Estado, o Ministério da Saúde está requisitando esses respiradores da UPA de Montes Claros. Na primeira reunião remota que tivemos, coloquei para o secretário de Estado da Saúde a importância de termos aqui, em Montes Claros, mais respiradores e até um hospital de campanha. Infelizmente estão retirando o que é nosso na questão das UPAS. Para terminar também, presidente, estou preocupado com a questão do projeto de Jequitaiá. Esse é um projeto muito importante para a nossa região, é um projeto no qual já investimos R\$176.000.000,00. Temos R\$80.000.000,00 na conta do governo do Estado. O Ministério da Integração Nacional, via Codevasp, já o repassou para a Secretaria de Estado da Agricultura. Infelizmente, ficamos surpresos com a suspensão dos contratos, dos convênios que estavam sendo operados com a Barragem Jequitaiá. Liguei para o secretário Igor Eto e falei que esse projeto não pode parar porque hoje estamos dando assistência a pessoas em Jequitaiá e Francisco Dumont. Ou seja, são oito cidades onde estamos prestando esse serviço, que infelizmente está suspenso, e peço que V. Exa. possa intermediar também para que esse projeto não caia porque a licença ambiental desse projeto, caso ele pare, fará com que a gente vá perder um trabalho de 10 anos. E volto a falar que R\$176.000.000,00 serão perdidos, mais esses R\$80.000.000,00, para o governo federal, através dos deputados e senadores do Nordeste, que querem pegar esses recursos que já estão efetivos na Codevasp e efetivos aqui, na Secretaria de Agricultura, e levá-los ao Nordeste. Então quero fazer esse apelo a V. Exa. para que esse projeto, do jeito que está aí, possa ter continuidade. E finalizando, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa., presidente Agostinho Patrus, porque o nosso padrinho, o nosso Agostinho deve estar orgulhoso vendo que você realmente está seguindo, como ele, com muito denodo, esse trabalho na presidência desta Casa. Parabéns ao senhor e parabéns a todos os membros da Mesa. Um abraço.

O presidente – Agradecemos a todas as deputadas e deputados.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 8, às 13 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

MENSAGEM Nº 83/2020

Belo Horizonte, 7 de abril de 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, substitutivo ao Projeto de lei nº 1.726/2020, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Na atual conjuntura de pandemia em escala global, a preocupação do Governo, e dos demais Poderes e órgãos do Estado, é a adoção de políticas públicas emergenciais que possam minimizar os impactos na vida das pessoas, no sistema de saúde e nos meios de sustentabilidade socioeconômica do povo mineiro.

Nesse momento excepcional, as ações do Estado têm como foco preservar a vida, a saúde e a assistência a milhares de pessoas em todo o território do Estado, e mais especificamente, como tema desta iniciativa de lei, o amparo aos estudantes da rede pública estadual de ensino e suas respectivas famílias, o que tornou necessária a alteração do Projeto de lei nº 1.726/2020 pelos motivos a serem expostos em seguida.

A modificação do referido projeto resulta da união de esforços e da sensibilidade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que, sempre consciente da sua função constitucional em prol do Estado Democrático-Social de Direito, decidiu compartilhar financeiramente com o Poder Executivo ao destinar recursos de seu próprio orçamento nas ações sociais de enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, o projeto de lei autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, além do previsto no projeto original, para permitir também a utilização de recursos com a finalidade de assegurar a alimentação de milhões de crianças e jovens que dependem da merenda escolar.

Como principal inovação em relação ao projeto originalmente apresentado, o substitutivo assegura recursos que servirão exatamente para dar assistência às famílias responsáveis por estudantes da rede pública de ensino, cujas aulas foram suspensas como medida impositiva de saúde pública recomendada pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde, qual seja, a adoção de políticas públicas de isolamento epidemiológico preventivo e de assistência socioeconômica às pessoas mais vulneráveis. Sob essa diretriz, o substitutivo que ora se apresenta, além de manter o projeto original, visa também atender a estudantes e respectivos familiares em todo o território do Estado que, por diversos motivos, necessitam do acesso à merenda escolar como meio complementar ou até principal de seus sustentos.

Estamos em um momento de grave crise, em que as soluções devem ser pensadas e adotadas de forma harmônica e coordenada, por meio do permanente diálogo institucional e com o reconhecimento da importância das funções constitucionais de cada Poder e órgão.

O importante neste momento de crise é a união de esforços, em todos os níveis da Federação, por intermédio da política, das instituições técnico-científicas e da participação de toda a sociedade e da iniciativa privada. Precisamos, juntos, buscar soluções ágeis e coordenadas para, simultaneamente, proteger as pessoas da COVID-19 e manter as suas condições de sobrevivência com dignidade.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente substitutivo.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.726/2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, até o limite de R\$77.000.000,00 (setenta e sete milhões de reais), para atender a:

I – Outras Despesas Correntes, até o valor de R\$67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais);

II – Investimentos, até o valor de R\$10.00.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do saldo financeiro da receita de Recursos Diretamente Arrecadados.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, até o limite de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), para atender a:

I – Outras Despesas Correntes, até o valor de R\$54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais);

II – Investimentos, até o valor de R\$27.00.000,00 (vinte e sete milhões de reais).

Art. 4º – Para atender ao disposto no art. 3º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do saldo financeiro da receita de Recursos Diretamente Arrecadados, até o valor de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais);

II – do excesso de arrecadação da receita de Recursos Diretamente Arrecadados, até o valor de R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais).

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar aos projetos criados pelo art. 2º da Lei nº 23.632, de 2 de abril de 2020, até o limite de 2% (dois por cento) da despesa fixada no art. 2º da Lei nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020.

Art. 6º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.726/2020.

**ERRATAS****COMUNICAÇÕES**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/3/2020, na pág. 5, após os resumos das comunicações da deputada Laura Serrano, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Carlos Pimenta, suprima-se o seguinte despacho:

“(– Ciente. Oficie-se.)”.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/4/2020, na pág. 18, onde se lê:

“Requerimentos nºs 5.243, 5.246 a 5.250, 5.252 a 5.255 e 5.257/2020, da deputada Beatriz Cerqueira”, leia-se:

“Requerimentos nºs 5.243, 5.248 a 5.250, 5.252 a 5.255 e 5.257/2020, da deputada Beatriz Cerqueira”.

COMUNICAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/4/2020, na pág. 29, após o primeiro resumo de comunicação do deputado Sávio Souza Cruz, suprima-se o seguinte despacho:

“(– Ciente. Oficie-se.)”.